



CESE Info

Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada
Setembro de 2017 | PT



EDITORIAL Caros leitores,

As múltiplas faces da solidariedade europeia

O Brexit, a competitividade económica, a criação de emprego e a segurança social, a migração, as catástrofes naturais, o medo – a Europa está a enfrentar uma série de desafios, e muitos europeus, tal como eu, estão convencidos de que a União Europeia só pode responder a estes desafios unindo-se e juntando esforços.

Neste verão, o meu país, Portugal, foi fustigado por fogos florestais devastadores, que também afetaram outros países no sul da Europa. Enquanto lutávamos por extinguir os incêndios, pudemos comprovar o que significa a solidariedade europeia: recebemos assistência imediata ao abrigo do sistema de coordenação a nível da UE, o que nos ajudou a enfrentar a catástrofe. Infelizmente, perderam-se muitas vidas devido a estas catástrofes enormes.

A solidariedade europeia tem muitas faces, desde o pacote de resgate da área do euro à assistência em centros de asilo nos Estados-Membros mais afetados pela migração. Pode também incluir apresentar uma frente unida contra as ingerências de dirigentes não europeus em decisões e questões nacionais ou europeias. A solidariedade não é uma via de sentido único: um país pode receber assistência num momento e prestar assistência no outro. A solidariedade implica, sem dúvida, assistência mútua e é inerente ao ideal de Europa.

A solidariedade europeia inclui igualmente o cumprimento das mesmas regras democráticas. Os europeus necessitam de ter a certeza de que os seus dirigentes respeitarão os valores da democracia, liberdade de expressão, independência dos meios de comunicação social, igualdade de género e solidariedade. Quando estes valores estão em perigo ou deixam de estar garantidos, é o dever conjunto da UE defendê-los, incluindo mediante sanções ou outras medidas previstas nos Tratados. Espero que, no que se refere a decisões pendentes, os princípios democráticos acabem por prevalecer em todos os nossos Estados-Membros. Conto igualmente com que todos os Estados-Membros cumpram as suas obrigações em relação ao sistema de asilo da UE. Uma União não pode funcionar adequadamente se cada Estado-Membro quiser agir sozinho.

O CESE está bem consciente da importância de trabalhar em conjunto em pé de igualdade e de encontrar compromissos satisfatórios, que funcionem bem a leste e a oeste, a norte e a sul, e que sejam adequados para trabalhadores e empregadores, bem como para consumidores e produtores. Tal implica diálogo, mas também flexibilidade. A vontade de solucionar um problema e a disponibilidade para sacrificar a sua própria posição em prol de uma solução comum constituem atitudes necessárias para uma União a 28.

À medida que o trabalho recomeça em Bruxelas, após a pausa de verão, gostaria de recordar aos dirigentes europeus o seu dever e a sua responsabilidade face aos seus cidadãos e à Europa no seu conjunto. Estou convencido de que os meus colegas dos Estados-Membros em causa envidarão os maiores esforços para defender os direitos democráticos nos respetivos países e apoiar soluções europeias. Espero o mesmo dos dirigentes políticos europeus, na medida em que a liberdade e a paz social são bens demasiado importantes para serem postos em risco.

Bom regresso a Bruxelas!

Gonçalo Lobo Xavier
Vice-presidente do CESE

AGENDA

3 e 4 de outubro, Cidade do Panamá

9.ª reunião da sociedade civil organizada da União Europeia, América Latina e Caraíbas

3 a 13 de outubro, Bruxelas
exposição de fotografia «Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência: 20 anos», JDE, Atrium 6

18 e 19 de outubro, Bruxelas
reunião plenária do CESE

NESTA EDIÇÃO

2 Contributo do CESE para o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2018

3 UE tem de resolver a questão do desmantelamento de navios

4 CESE apela para plano de ação a longo prazo para a economia social até 2018

Produtos falsificados custam à UE 800 mil postos de trabalho por ano

União Aduaneira crucial na luta contra a contrafação.

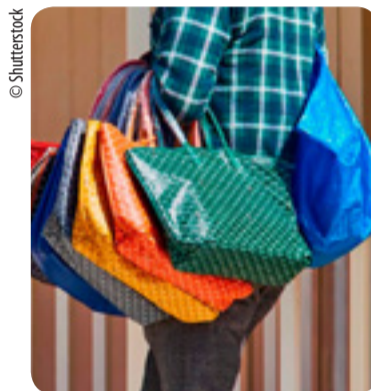
A produção de bens de contrafação está a aumentar. Apesar de ainda ser considerada um fenómeno externo, esta prática também está a ganhar amplitude na UE. As redes criminosas veem a contrafação como um negócio rentável e menos arriscado do que outros tipos de atividade; além disso, tem a vantagem de acarretar menores custos de transporte e permitir contornar os controlos aduaneiros. Os números, embora em grande medida baseados em estimativas e aproximações, são alarmantes: no caso da UE, a OCDE estima que até 5% das mercadorias importadas, cujo valor equivale a 85 mil milhões de euros, são de contrafação ou pirateadas, causando a perda de cerca de 800 mil postos de trabalho e de aproximadamente 14 300 milhões de euros de receitas fiscais por ano.

O CESE considera que a UE e os seus Estados-Membros devem deixar de ignorar este fenómeno, instando-os a apoiar as PME e as indústrias afetadas mediante a atualização,

a harmonização e o reforço do quadro regulamentar. **Antonello Pezzini** (Grupo dos Empregadores – IT), relator do parecer do CESE sobre «A indústria dos produtos pirateados e de contrafação», adotado na reunião plenária do CESE de julho, exortou a Comissão Europeia e os Estados-Membros a acelerarem a criação de um sistema aduaneiro único europeu com procedimentos e instrumentos comuns e bases de dados unificadas e facilmente consultáveis.

Também as indústrias e os proprietários das marcas devem estabelecer parcerias com fornecedores de sítios Internet, produtores de conteúdos, operadores de serviços de pagamentos eletrónicos, agências publicitárias e registos de domínios Internet: a sua ação conjunta permitirá uma adaptação rápida a alterações súbitas do mercado.

Importa consagrar especial atenção às 3 000 zonas francas espalhadas por 135 países diferentes – com a zona franca de Tânger-Med em Marrocos a apenas 15 km da UE –, na medida em que estas são frequentemente utilizadas como local de troca,



documentação e nova rotulagem do conteúdo dos contentores.

O CESE defende a adoção de um **novo quadro da UE para 2018-2021**, que inclua um **plano de ação** inteiramente financiado e coordenado, com vista a reforçar a legislação e as iniciativas de luta contra a contrafação a nível da UE. (sma)

Michel Barnier no CESE: «No Brexit não há opções de conveniência»

«O Brexit traz incerteza», declarou **Michel Barnier** no início do debate com membros do CESE, que se realizou em 6 de julho, «incerteza para os cidadãos, para as empresas e para o emprego». Saliu que a sua função é negociar com base no que o Reino Unido colocou em cima da mesa, nomeadamente o fim da livre circulação dos cidadãos da UE, a plena autonomia da legislação, a exclusão do Tribunal de Justiça Europeu e a autonomia para celebrar acordos de comércio livre, o que implicará sair da união aduaneira e do mercado único.

Contudo, afirmou que existe também uma certeza: a de que o Reino Unido se tornará um país terceiro e:

- as liberdades fundamentais – a livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais – são indivisíveis;
- não há uma opção de participação no mercado único por setor;
- a UE manterá a sua independência na definição das regras e normas económicas e sociais, que devem ser respeitadas também por terceiros.

O Reino Unido e a UE têm de estar cientes de que o Brexit tem um custo e cabe à equipa responsável pelas negociações manter este

custo tão baixo quanto possível, declarou Michel Barnier.

Os membros do CESE manifestaram a sua preocupação quanto aos direitos dos consumidores, aos direitos sociais e à política comercial. Os membros da Irlanda e da Irlanda do Norte levantaram a questão do Acordo de Sexta-Feira Santa, que foi alcançado sobretudo com a ajuda da UE.

Michel Barnier realçou que a UE pretende celebrar um acordo justo e equilibrado e que a incapacidade de alcançar qualquer acordo seria o pior resultado possível, na medida em que significaria o retorno a um passado distante, em que as relações comerciais com o Reino Unido seriam regidas pelas regras da OMC, tornando os produtos mais caros.

Todos concordaram que, não obstante a importância do Brexit e a necessidade de garantir um bom acordo no interesse tanto da UE-27 como do Reino Unido, o mais importante é o futuro da Europa. «É nosso dever sensibilizar para as inúmeras vantagens de fazer parte da UE. A saída do Reino Unido veio demonstrar muito claramente que muitos cidadãos não estão cientes de que essas vantagens advêm do facto de se ser membro da UE. No Reino Unido, muitas



Michel Barnier, negociador principal da UE para a condução das negociações com o Reino Unido, com o Presidente do CESE **Georges Dassis**

personas estão a começar a tomar consciência dessa realidade. Cabe agora aos intervenientes europeus tornar a EU-27 mais forte e mais coesa, e o CESE prontifica-se a ser um parceiro fundamental neste processo», concluiu **Georges Dassis**, presidente do CESE. (sma)



Contributo do CESE para o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2018



Criar uma imagem positiva da UE, reforçar as suas bases económicas, promover a sua dimensão social, facilitar a transição para uma economia hipocarbónica e circular e capacitar e envolver a sociedade civil: são estas as principais mensagens do contributo do CESE para o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2018.

No seu contributo para o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2018, adotado em 5 de julho, o CESE insta a Comissão Europeia a assumir o desenvolvimento sustentável como abordagem global do seu trabalho, fazendo referência aos três «pilares» do desenvolvimento sustentável: i) reforçar as bases económicas da Europa, ii) promover a sua dimensão social e iii) facilitar a transição para uma economia hipocarbónica e circular.

O CESE fez recomendações pormenorizadas para medidas estruturadas em seis prioridades de intervenção principais:

- continuação do desenvolvimento do mercado único;

- promoção do empreendedorismo, da inovação e do desenvolvimento industrial;
- dimensão social da UE;
- finanças públicas centradas no crescimento sustentável, na inovação, no emprego e na coesão;
- proteção dos europeus contra as ameaças à segurança; e
- desenvolvimento de um diálogo civil estruturado.

Em 12 de julho, o presidente do CESE, **Georges Dassis**, reuniu-se com o primeiro vice-presidente da Comissão Europeia, **Frans Timmermans**, para lhe apresentar o documento. Georges Dassis salientou a ênfase no desenvolvimento sustentável resultante de uma relação forte entre a economia, o emprego, o bem-estar das pessoas e o ambiente.

Na reunião, Georges Dassis levantou a questão da participação adequada do CESE na plataforma multilateral que a Comissão está a criar sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável. (mm)

Robotização dos transportes: objetivo deve ser a criação de valor acrescentado para a sociedade

A digitalização e a robotização dos transportes oferecem inúmeras vantagens, mas também suscitam preocupações de ordem social a que os decisores políticos da UE devem dar resposta — a começar pelas ameaças à privacidade dos cidadãos e pela perda de empregos. Esta é a mensagem transmitida pelo CESE num inovador parecer de iniciativa da relatora Tellervo Kylä-Harukka-Ruonala (Grupo dos Empregadores – FI) adotado na reunião plenária de julho.

A maior acessibilidade, o aumento da eficiência, a melhoria da segurança do tráfego e a redução das emissões são apenas alguns dos benefícios da digitalização e da robotização dos transportes. Contudo, à medida que esta revolução avança, as suas potenciais ameaças também se tornam evidentes. É fundamental que os responsáveis políticos da UE deem resposta a estas preocupações, para que a sociedade possa tirar o máximo partido desta evolução.

A segurança, a proteção e a privacidade parecem ser as principais preocupações dos cidadãos no que respeita ao transporte digital. No futuro, os transportes serão inteiramente baseados nos dados, pelo que é essencial assegurar a sua proteção. A fim de dissipar os receios dos cidadãos, é igualmente crucial aumentar a cibersegurança e abordar os problemas em matéria de responsabilidade.



As repercussões no mercado laboral e na natureza do trabalho constituem outra grande fonte de preocupação para os cidadãos. O transporte não tripulado e a crescente utilização da robótica em operações em terminais provocarão a perda de empregos. No entanto, embora os robôs «roubem» postos de trabalho, também permitirão criar novos empregos, em especial no domínio das tecnologias da comunicação, dos serviços digitais, da eletrónica e da robótica. O trabalho físico e as tarefas rotineiras diminuirão, ao passo que a resolução de problemas e as tarefas criativas desempenharão um papel cada vez mais importante. Por conseguinte, é fundamental abordar a escassez de competências e adaptar os sistemas de ensino de forma a responder à procura de novas competências. (dm)

Financiamento rural: mais simples e melhor

As regiões rurais na Europa variam entre Estados-Membros e dentro de cada Estado-Membro. É importante estar ciente dessas diferenças e assegurar que os programas rurais as têm em conta. No seu parecer de iniciativa intitulado «Da Declaração de Cork 2.0 a ações concretas», o CESE insta a um financiamento mais orientado que contribua para o desenvolvimento das zonas rurais.

O desenvolvimento rural é uma questão transversal e não pode ser apoiado apenas pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural. O CESE apela a uma política mais coerente e a um aumento da participação de todos os FEEI no desenvolvimento rural, a fim de reduzir as disparidades e os desequilíbrios territoriais.

O CESE estima que a verificação rural das decisões de política deve ser de aplicação obrigatória e a **simplificação** a todos os níveis é uma necessidade. O Comité defende a Declaração de Cork 2.0 na medida em que proporciona um apoio forte a uma política rural da UE.

O desenvolvimento agrícola e rural sustentável requer soluções inovadoras, havendo grande potencial para soluções inteligentes na perspetiva ambiental e uma economia circular de base biológica. A produção de energia solar, eólica, hídrica e de bioenergia não só seria benéfica para o clima, como também geraria um rendimento sustentável para os habitantes das zonas rurais.

Para que os jovens permaneçam nas zonas rurais e as empresas prosperem, é essencial a cobertura de banda larga de qualidade. Quando as forças de mercado não



Relatora **Sofia Björnsson** (Grupo dos Interesses Diversos – SE) no debate

são suficientes, os fundos da UE devem ser utilizados para estender a banda larga até às comunidades remotas.

As áreas agrícolas e florestais ocupam cerca de 85% do território da UE e proporcionam uma paisagem diversificada que pode contribuir para gerar atividades económicas que não a agricultura, em particular no setor do turismo e de lazer.

A agricultura é também o principal impulsionador da transição para sistemas alimentares sustentáveis. A promoção do consumo local encurta a cadeia de abastecimento, sendo, assim, benéfica para o ambiente. (sma)

CESE insta União Europeia a reconhecer a diversidade das PME na legislação

As PME são a espinha dorsal da economia europeia e podem dar um grande contributo ao seu desenvolvimento. O CESE está plenamente consciente desta realidade e tem vindo a pressionar ativamente as instituições da UE e os Estados-Membros para que elaborem políticas vigorosas de apoio às PME.

Num parecer adotado na sua reunião plenária de julho (relatora: **Milena Angelova**, Grupo dos Empregadores – BG), o CESE manifestou a sua preocupação com as deficiências na elaboração e aplicação das políticas em prol das PME, que estão a prejudicar a sua eficácia, e solicitou à Comissão que desse resposta ao problema.

O CESE louvou os esforços envidados ao longo da última década para colocar as PME no cerne das políticas económicas, mas salientou que as políticas da UE têm um foco demasiado abrangente e não reconhecem a diversidade das PME.

As políticas da UE para as PME devem analisar as necessidades específicas das microempresas, empresas familiares e «tradicionais», empresas sociais, profissões liberais, trabalhadores por conta própria, etc., cujas formas jurídicas e modos de funcionamento são, frequentemente, muito diferentes.



Relatora **Milena Angelova** (Grupo dos Empregadores – BG) na reunião plenária de julho

Além disso, o CESE solicitou à Comissão Europeia que avaliasse se a atual definição de PME tem em conta a sua diversidade, as suas dinâmicas setoriais e características específicas.

As pequenas empresas e as microempresas não têm, muitas vezes, conhecimento dos mecanismos de apoio existentes. Há também uma grande falta de comunicação entre os responsáveis políticos e as PME, que deverá ser colmatada com urgência.

Defensor ativo das PME europeias, o CESE já adotou uma série de pareceres sobre a forma de enquadrar estas políticas de apoio, entre os quais os pareceres sobre a análise do «Small Business Act» para a Europa (2011), o acesso ao financiamento, o programa COSME, as PME e as oportunidades à escala mundial (2012) e a regulamentação inteligente (2013). (mq)

O CESE VISTO POR DENTRO

Relatório anual de atividades de 2016

A brochura «O CESE visto por dentro – Relatório anual de atividades de 2016» acaba de ser publicada. Trata-se da versão do relatório de atividades de 2016 destinada ao grande público.

Esta publicação inclui gráficos e diversos elementos visuais, que ajudam a compreender melhor o funcionamento do CESE, e está disponível em seis versões linguísticas: inglês, francês, alemão, espanhol, italiano e polaco. Para obter a edição em papel, contacte o CESE: <http://www.eesc.europa.eu/pt/node/52167>

A brochura e o texto integral do relatório estão disponíveis nos seguintes endereços:

Brochura: <http://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/resources/docs/qe-02-17-705-en-n.pdf>

Texto integral (unicamente em inglês): <http://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/resources/docs/aar2016.pdf> (jp)



UE tem de resolver a questão do desmantelamento de navios



A Europa dispõe da capacidade e dos conhecimentos técnicos para reparar e fazer a manutenção de navios e de plataformas de petróleo e gás. Para a Europa, é extremamente importante de um ponto de vista económico conservar e desenvolver uma indústria de reciclagem especializada em equipamentos de alto mar. Cabe agora à Comissão completar o Regulamento relativo à reciclagem de navios criando um instrumento financeiro para incentivar a reciclagem em instalações aprovadas pela UE.

Dois eventos organizados, no final de junho, pelo CESE e pelos deputados ao Parlamento Europeu Margrete Auken (DK), Pascal Durand (FR) e Bart Staes (BE), do Grupo dos Verdes, chamaram a atenção para a necessidade de a Comissão Europeia adotar medidas urgentes.

Embora proíba o «varadouro» (desmantelamento de navios em praias) e estabeleça regras para a reciclagem segura e sustentável dos navios europeus e plataformas de petróleo e gás flutuantes, o Regulamento da UE relativo à reciclagem de navios, adotado em 2013, não é eficaz, na medida em que o direito marítimo internacional facilita a troca de pavilhão.

Num parecer de 2016, do qual foi relator **Martin Siecker** (Grupo dos Trabalhadores – NL) e correlator **Richard Adams** (delegado da CCMI – UK), o CESE defendeu a instituição de um incentivo financeiro ao abrigo do Regulamento relativo à reciclagem de navios para impedir definitivamente que os armadores troquem o pavilhão do navio pelo de um Estado não pertencente à UE.

O instrumento financeiro proposto pelo CESE, e agora apoiado por três deputados do Grupo dos Verdes do Parlamento Europeu, prevê o pagamento de um montante específico por cada navio, a conservar em depósito numa importante instituição financeira. O capital seria constituído pelos armadores que, sempre que um dos seus navios fizesse escala num porto da UE, teriam de pagar ao fundo associado a esse navio específico uma dada taxa para financiar a sua reciclagem segura e sustentável.

Os representantes da indústria de reciclagem e dos portos da UE confirmaram que possuem os conhecimentos técnicos necessários para o desmantelamento de navios em conformidade com a legislação da UE e estão dispostos a investir e criar postos de trabalho sustentáveis na UE. No entanto, os armadores europeus manifestaram fortes reservas, alegando que a Convenção de Hong Kong da OMI estabeleceu normas adequadas para pôr cobro às práticas abusivas dos intervenientes, ainda que haja provas claras de que os «estaleiros» certificados pela convenção não estão sequer a cumprir os níveis mínimos de conformidade exigidos.

De acordo com a OIT, o varadouro praticado no sul da Ásia é o trabalho mais perigoso do mundo. Ao longo dos últimos 30 anos, a grande maioria dos navios foi desmantelada nessa região, onde trabalhadores desprovidos de qualquer proteção procedem ao seu abate na zona entre-marés, causando graves danos ambientais. (sma)

CESE apela para plano de ação a longo prazo para a economia social até 2018



No 2.º Dia Europeu das Empresas da Economia Social, organizado pelo CESE, mais de 130 representantes da economia social exortaram os responsáveis políticos a envidarem mais esforços para permitirem o desenvolvimento da economia social.

No seu discurso de abertura, **Michael Smyth**, vice-presidente do CESE, apelou para um roteiro a longo prazo para a economia social no âmbito do programa de trabalho da Comissão para 2018.

O evento apresentou quatro estudos de caso de empresas sociais inovadoras em fase de arranque:

- O PermaFungi (Bruxelas) é um projeto urbano de produção de cogumelos a partir de grãos de café, que cria empregos sustentáveis para pessoas com poucas qualificações.
- A Solidarity Salt (Grécia) visa capacitar as mulheres refugiadas e desenvolver a economia local. Sal marinho de elevada qualidade é extraído de salinas gregas e embalado em sacos feitos à mão.
- A HopHopFood (Paris) pretende criar zonas de solidariedade para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e reduzir o desperdício, através de uma plataforma digital.

● A 6zero1 (Luxemburgo) é uma incubadora de empresas da economia social que apoia os empresários através de formação, financiamento e aconselhamento para que desenvolvam atividades economicamente viáveis.

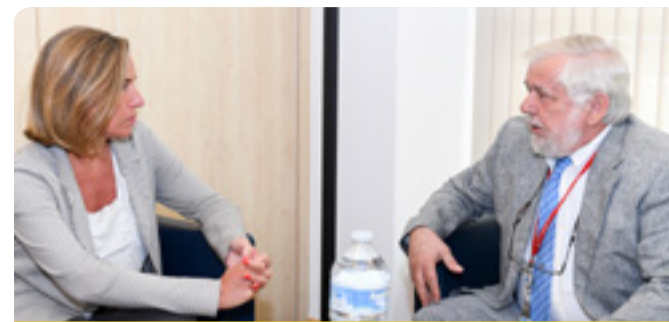
Estas histórias de sucesso inspiraram ateliês que:

- salientaram a necessidade de proteger as empresas da economia social criando condições equitativas e pondo termo ao abuso das empresas tradicionais (ateliê sobre novos modelos económicos);
- reclamaram melhores políticas de migração da UE para facilitar o rápido acesso ao mercado de trabalho e associar os meios de comunicação à divulgação de histórias positivas (ateliê sobre a integração dos migrantes);
- apelaram para um projeto ao nível da UE e local para divulgar boas práticas no domínio das atividades gratuitas para a economia social, associando as empresas (ateliê sobre coesão territorial).

O Comité trabalha no domínio da economia social há mais de dez anos e desenvolveu sinergias com as instituições da UE para promover este conceito. (mr)

JORNADAS DA SOCIEDADE CIVIL DE 2017

Em 26 e 27 de junho, o CESE acolheu a edição de 2017 das Jornadas da Sociedade Civil. Esta importante reunião de organizações da sociedade civil de toda a Europa proporcionou um contributo de relevo da sociedade civil para o debate lançado pela Comissão com o seu Livro Branco sobre o Futuro da Europa. Foi formulado um apelo veemente para um novo impulso político, a fim de relançar a UE com base nos nossos valores fundamentais, assim como de expressar o claro empenho das organizações da sociedade civil em avançar neste domínio. Vários apelos e compromissos essenciais da sociedade civil (ver <http://bit.ly/2vWVffv>) foram adotados e apresentados às instituições decisoras da UE sobre quatro tópicos difíceis: o **populismo**, a **revolução tecnológica e seu impacto no trabalho e na democracia**, a **capacitação das organizações da sociedade civil** e a **coesão social e territorial**.



Federica Mogherini e Georges Dassis nas Jornadas da Sociedade Civil

No seu discurso de abertura, o presidente do CESE, **Georges Dassis**, exortou as organizações da sociedade civil a assumirem um papel de liderança nesta

altura crítica e chamou a atenção para a ascensão do populismo.

Federica Mogherini, Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, destacou a importância da democracia participativa. Frisou o papel da sociedade civil na crise migratória e sugeriu que o CESE elaborasse um **parecer sobre o custo da não migração**: «a minha impressão é que vários setores das nossas economias entrariam em colapso se todos os migrantes desaparecessem de um dia para o outro», afirmou. A sua ideia foi imediatamente aceite pelo presidente do CESE, Georges Dassis. (mr)

Debate sobre o futuro da Europa: o CESE apela a um sentido de missão comum

Ao decidir sobre o seu futuro, a UE deve procurar um sentido de missão comum, refletindo a convicção que inspirou os seus fundadores e que tem estado subjacente a todas as suas realizações principais.

Na sua **resolução sobre o «Livro Branco da Comissão sobre o Futuro da Europa»**, o CESE afirmou não considerar a escolha entre os cinco cenários propostos adequada para alcançar este sentido de missão comum. Pelo contrário, a Comissão deveria procurar respostas através da análise de exemplos dos 60 anos de existência da UE.

Adotada na reunião plenária de julho do CESE, a resolução foi elaborada a pedido do presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, recebido em abril, e constituiu o primeiro contributo do CESE para o debate a nível da UE sobre o futuro da Europa. O Comité também realizou debates ao nível nacional com representantes da sociedade civil de 27 Estados-Membros, cujas conclusões serão tidas em conta no parecer sobre esta matéria previsto para o final do ano.

O Comité declarou que a UE necessita de estratégias abrangentes e de uma abordagem coesa. Um debate genuíno acerca do futuro deve também centrar-se numa melhor repartição do poder político a todos os níveis. A distinção tradicional que contrapõe o nível nacional ao nível europeu tem de desaparecer.

O CESE está ciente de que, por vezes, poderá ser necessária uma integração diferenciada e de que a cooperação reforçada entre certos Estados-Membros em



domínios específicos poderia contribuir para superar os obstáculos e promover dinâmicas positivas no processo de integração da UE. No entanto, salienta com ênfase a necessidade de promover a convergência na União e de lutar contra a fragmentação e as divisões.

O CESE propõe que o Parlamento Europeu participe ativamente na definição do futuro da Europa, com a colaboração dos parlamentos nacionais. O Comité defende o aprofundamento da integração, uma abordagem progressiva rumo a uma união política com uma forte dimensão social, o aprofundamento da UEM e uma governação mais coesa. (ll)

Turquia instada a levantar o estado de emergência quanto antes



Organizações da UE e da Turquia defendem que as negociações em curso sobre a adesão à UE, a liberalização dos vistos e a União Aduaneira só poderão registar progressos num clima de respeito pelas liberdades cívicas

Na sessão de abertura da 36.ª reunião do Comité Consultivo Misto (CCM) UE-Turquia, o presidente do CESE, **Georges Dassis**, saudou o ministro dos Assuntos Europeus da Turquia, Ömer Çelik, declarando que «apesar das atuais tensões, o diálogo é absolutamente essencial, especialmente em períodos difíceis como este» e manifestando as suas preocupações a respeito da situação atual na Turquia. «O CESE está solidário com as organizações da sociedade civil turca que defendem a democracia e dá-lhes todo o seu apoio. Esperamos voltar a ver

uma Turquia plenamente democrática», concluiu Georges Dassis. Ömer Çelik declarou: «Estamos empenhados no processo de adesão à UE e o nosso objetivo é tornarmos-nos um membro de pleno direito — qualquer outra forma de cooperação não nos interessa». Embora reiterando a sua veemente condenação do golpe de Estado, o CCM sublinhou que importa respeitar o direito a um julgamento justo e as garantias processuais, e que todas as medidas adotadas devem reforçar a democracia, os direitos cívicos e a coesão social, no respeito dos direitos fundamentais universais, da independência do poder judicial e do Estado de direito. Além disso, manifestou-se extremamente preocupado com a detenção e os despedimentos em massa de funcionários públicos. O CCM reúne representantes da sociedade civil organizada da UE e da Turquia. (ks)

Soluções inteligentes para uma sociedade sustentável e inclusiva

Pelo Grupo dos Interesses Diversos do CESE

No âmbito da Presidência estónia da UE, o Grupo dos Interesses Diversos do CESE organizou uma reunião extraordinária em Taline, capital da Estónia, em 12 de setembro de 2017.

A conferência sobre «Soluções inteligentes para sociedades sustentáveis e inclusivas» centrou-se na promoção dos serviços em linha, na administração pública em linha, no desenvolvimento urbano e nas soluções em linha, analisando o papel que estes fatores desempenham no estímulo à inovação e na criação de uma UE sustentável e inclusiva – uma componente essencial do atual programa de trabalho da Presidência estónia.

O evento contou com a presença de mais de 100 peritos e partes interessadas da sociedade civil local. Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos, proferiu o discurso de abertura da conferência, e entre os principais oradores contaram-se Indrek Saar, ministro da Cultura da Estónia, e Arnold Rüütel, ex-presidente da Estónia.

A conferência contou com duas sessões de trabalho paralelas, o que permitiu centrar a atenção nas tecnologias inteligentes em prol de um desenvolvimento social equilibrado, por um lado, e nas soluções inteligentes para uma agricultura sustentável, por outro.



Indrek Saar (ministro da Cultura da Estónia), Arnold Rüütel (ex-presidente da Estónia), Luca Jahier (presidente do Grupo dos Interesses Diversos do CESE)

A sessão 1 incidiu:

- no desenvolvimento dos serviços de saúde em linha,
- em soluções em linha e tecnologias de assistência para grupos desfavorecidos, as vantagens das sociedades inclusivas.

A sessão 2 incidiu:

- na inovação e na sustentabilidade no setor agrícola,
- no ponto de vista do CESE sobre a agricultura sustentável e a inovação,
- em soluções em linha simples para uma agricultura inteligente. (cl)

Revolução digital influencia a organização do trabalho e as necessidades em matéria de competências e obriga as empresas a adaptarem-se

Pelo Grupo dos Empregadores do CESE

O mercado de trabalho do futuro precisará de trabalhadores com competências digitais e empresariais e valorizará igualmente a criatividade. Em consequência da digitalização, a organização do trabalho caracteriza-se por uma maior flexibilidade, que afeta o momento, o local e a forma como as funções são desempenhadas. Estas são algumas das principais conclusões de um estudo publicado recentemente, intitulado «Efeitos da digitalização e da economia a pedido nos mercados de trabalho e consequências para o emprego e as relações laborais».

O estudo analisa o impacto da digitalização no emprego, nas empresas e nas relações laborais em termos de criação, transformação ou supressão de postos de trabalho, evolução dos papéis dos trabalhadores e empregadores e mudanças na organização do trabalho.

Ao contrário de muitos outros estudos anteriormente realizados sobre esta matéria, que, na maior parte dos casos, analisaram o ponto de vista dos trabalhadores que oferecem o seu trabalho através de plataformas em linha, este estudo centra-se em aspetos relevantes para os empregadores, setores e empresas de todas as dimensões.

O estudo foi elaborado para o Comité Económico e Social Europeu, a pedido do



Grupo dos Empregadores, por uma equipa de investigação do Centro de Estudos de Política Europeia (CEPE). O documento pode ser consultado (em inglês) na seguinte hiperligação. (lj)

Contra o radicalismo e o terrorismo, defendamos os nossos valores democráticos!

pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

Os recentes ataques terroristas em Bruxelas, Paris, Turku e Barcelona, que causaram a morte de um grande número de pessoas e ferimentos graves num número ainda maior, demonstraram, uma vez mais, que a Europa continua a ser alvo de atos de violência e de atrocidades.

Estes terroristas procuram atingir diretamente o nosso sistema democrático e a nossa liberdade, a nossa coexistência

pacífica, bem como os nossos valores de respeito pela diversidade.

É por esta razão que a nossa sociedade europeia deve dar uma resposta comum e unificada. Os partidos políticos, os sindicatos, as empresas e as organizações da sociedade civil devem falar a uma só voz face a esta tragédia, declarando com firmeza que os ataques e as ameaças não nos assustam e não conseguirão destruir o nosso sistema democrático nem a nossa coexistência.

Ao mesmo tempo, devemos igualmente distanciar-nos daqueles que procuram explorar esta situação para fins políticos e utilizar



estes assassinios para atingir os migrantes e refugiados, encorajando a xenofobia e o racismo.

Permanecemos todos unidos na defesa dos nossos valores democráticos, contra o radicalismo e o terrorismo, que condenamos firmemente!

Editores:

Eleonora Di Nicolantonio (chefe de redação em exercício)
Daniela Marangoni (dm, editora)

Colaboraram nesta edição:

Chloé Lahousse (cl)
Daniela Marangoni (dm)
Francisco Soriano (fs)
Jonna Pedersen (jp)
Katerina Serifi (ks)
Laura Lui (ll)
Leszek Jarosz (lj)
Margarida Reis (mre)
Milen Minchev (mm)
Mireia Quingles (mq)
Sílvia M. Aumair (sma)

Coordenação:

Katerina Serifi (ks)

Data do fecho desta edição: 28 de agosto de 2017

Endereço:

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040 Bruxelas, Bélgica
Tel.: +32 2 546 94 76
Fax: +32 2 546 97 64
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu
Sítio Internet: <http://www.eesc.europa.eu/>

NOTÍCIAS BREVES

Vice-Presidente do CESE Gonçalo Lobo Xavier no júri para a eleição da Capital Europeia do Voluntariado 2019

Gonçalo Lobo Xavier, vice-presidente do CESE para a Comunicação, foi, pelo segundo ano consecutivo, convidado a fazer parte do júri que elegerá a Capital Europeia do Voluntariado 2019. Em 30 de junho, foram pré-selecionadas

três candidatas: Augsburg (Alemanha), Cascais (Portugal) e Košice (Eslováquia). A cidade vencedora será anunciada em 1 ou 2 de dezembro de 2017. Para mais informações, consultar <http://www.cev.be/european-volunteering-capital-2019/>.



Global Media Forum da Deutsche Welle

O CESE participou pela terceira vez no Fórum Mundial dos Meios de Comunicação Social da Deutsche Welle. O evento, que teve lugar em Bona, de 19 a 21 de junho, centrou-se no tema da «Identidade

e diversidade». Os membros do CESE participaram em diversos grupos de discussão, apresentando o ponto de vista da sociedade civil perante cerca de 600 jornalistas e 1500 outros participantes.

Projeção do filme «Cérbh é Colombanus»

O último filme a ser exibido no âmbito do 60.º aniversário da assinatura do Tratado de Roma será uma produção da BBC dedicada a São Columano, um missionário irlandês do século VI que traçou os contornos da Europa antes de esta existir, viajando de um país para outro a fim de fundar mosteiros.

A projeção terá lugar em 20 de setembro de 2017, às 18h30m, na sala VMA 3. A antiga presidente da Irlanda, Mary McAleese, viajou pelo seu país, por França, Áustria, Suíça e Itália e concluiu que a Europa, hoje em dia muitas vezes dividida, tem muito a aprender com a abertura à diversidade.



Cantina do CESE recebe rótulo «Good Food»

A cantina conjunta do CESE e do CR recebeu recentemente o rótulo «Good Food», da Agência do Ambiente de Bruxelas, pela qualidade dos alimentos que serve e pela gestão cuidadosa do desperdício alimentar. O boletim «Bruxelles Environnement»

publicou uma entrevista com Silvia Staffa, responsável pelos serviços ambientais e de restauração do CESE, e com Catherine Van Ranst, responsável pelos projetos de alimentação sustentável no CR, que pode ser lida aqui: <http://bit.ly/2uF7YFI>

Os estagiários do CESE da sessão da primavera de 2017 tiveram a oportunidade de apresentar os resultados do seu relatório sobre «A UE nos meios de comunicação social e nas redes sociais – Perspetiva da juventude» à Assembleia Plenária do CESE em julho. O relatório tem por objetivo formular recomendações aos membros do CESE e às instituições da UE sobre a forma como a UE pode melhorar a sua estratégia para os meios de comunicação social e para as redes sociais, a fim de alcançar com maior eficácia as gerações jovens.



CESE Info em 23 línguas: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE.

As versões impressas do CESE Info em alemão, inglês e francês podem ser obtidas gratuitamente junto do Serviço de Imprensa do Comité Económico e Social Europeu.

Além disso, o CESE Info encontra-se disponível em 23 línguas, em formato PDF, no sítio do Comité: URL: <http://www.eesc.europa.eu/pt/news-media/eesc-info>

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio de cópia ao editor).

Tiragem: 6 500 exemplares.

O próximo número sairá em outubro de 2017.

IMPRESSO EM PAPEL 100% RECICLADO

Setembro de 2017 / 7



Serviço das Publicações